

RECURSO ESPECIAL Nº 1.851.150 - SP (2019/0318437-7)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : MISSIATO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADOS : HALLEY HENARES NETO - SP125645
RAFAEL SIMÃO DE OLIVEIRA CARDOSO - SP285793
THAIS DE BRANCO VALERIO - SP387847
ALINE DE OLIVEIRA MIQUELINO - SP385326
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Especial interposto por **MISSIATO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 6ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado (fls. 285/286e):

AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. BLOQUEIO DE ATIVOS FINANCEIROS. BACENJUD. ESGOTAMENTO DE DILIGÊNCIAS PARA LOCALIZAÇÃO DE BENS DO DEVEDOR. DESNECESSIDADE. AGRAVO IMPROVIDO.

1. O Mandado de Segurança impetrado objetivando a anulação de decisão administrativa, não homologou o pedido de parcelamento de débito mediante utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, excluindo a impetrante do programa de parcelamento instituído pela MP 470/09, feito este já julgado anteriormente pela C. Sexta Turma.

2. Não restou evidenciado que o recurso administrativo decorrente de auto de infração de IRPJ se encontra vinculado a presente execução fiscal.

Também não se demonstrou o crédito tributário, objeto da execução fiscal originária, se encontra com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151, do CTN, nem a existência de questão prejudicial a obstar o prosseguimento da demanda executiva, razão pela qual esta deve prosseguir regularmente.

3. As razões elencadas na exceção de pré-executividade não foram objeto da decisão guerreada, pelo que não há como apreciá-las, neste momento processual, sob pena de supressão de instância. A orientação jurisprudencial do E. Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de considerar dispensável a comprovação de esgotamento das diligências em pedido de penhora on line efetuado após a entrada em vigor da Lei nº 11.382/06 (nova redação dada ao art. 655 do CPC/1973, Resp nº 1.101.288/RS, entre outros). A questão foi objeto de recurso representativo da controvérsia (Tema 425, Resp nº 1184765 -PA, ale

03/12/2000).

4. Dispensa-se, assim, a necessidade de a exequente promover o esgotamento de diligências para localizar bens do executado, quando tal pedido tiver sido efetuado após as alterações promovidas pela Lei 11º 11.382/2006.

Citado o devedor tributário, se não forem apresentados bens, no prazo legal, poderá a exequente requerer, desde logo, a penhora on line. No caso vertente, ao que consta do presente recurso, o executado foi citado e não pagou o débito ou nomeou bens à penhora.

5. Ademais, analisando os fundamentos apresentados pela agravante não identifico motivo suficiente à reforma da decisão agravada. Não há elementos novos capazes de alterar o entendimento externado na decisão monocrática.

6. Agravo interno improvido.

Com amparo no art. 105, III, a, da Constituição da República, aponta-se ofensa a dispositivo a seguir relacionado, alegando-se, em síntese, que:

- Art. 151 do CTN - "A impugnação outrora apresentada retirou do ato administrativo de lançamento (Auto de Infração), assim como dos argumentos e fundamentos que o embasaram, sua presunção de legitimidade, suspendendo seus efeitos até julgamento definitivo da defesa apresentada pela Recorrente" (fl. 305e). "O julgamento deste processo administrativo e a consequente homologação do pedido de parcelamento não decorrem de ato administrativo discricionário, em razão do que não se há de discutir neste caso a oportunidade e conveniência dos interesses da administração pública, mas sim a legalidade dos atos, e o art. 151, do CTN, veda a produção de qualquer efeito ao lançamento tributário, bem como aos seus motivos, se estes pendentes de recurso, no gênero, ou impugnação, na espécie." (fl. 305e).

Afirma, ainda, que "[...] a penhora dos saldos em conta corrente não pode ser considerada de forma simplória devendo ser possível quando o juiz justificar a excepcionalidade, tendo em vista a o princípio da função social da sociedade e o princípio da preservação da empresa." (fl. 310e).

Com contrarrazões (fls. 355/367e), o recurso foi inadmitido (fl. 369/371e), tendo sido interposto Agravo, posteriormente convertido em Recurso Especial (fl. 469e).

Feito breve relato, decido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão

realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com os arts. 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida.

De outra parte, o tribunal de origem consignou, mediante exame dos elementos fáticos contidos nos autos, a inexistência de elementos probatórios suficientes para verificar a ocorrência de motivo legal apto ensejar a suspensão da exigibilidade do crédito, conforme extrai-se dos seguintes excertos do acórdão recorrido (fls. 237/238e, destaquei):

Na hipótese, não se pode concluir pela suspensão da exigibilidade do crédito em cobrança e, conseqüentemente, pela suspensão da execução fiscal, como requer a agravante.

Com efeito, ao que se extrai da documentação colacionada aos autos e da consulta ao sistema processual informatizado desta Corte, o Mandado de Segurança n° 0000425-73.2012.403.6115, impetrado objetivando a anulação de decisão administrativa proferida no P.A. 12931.005951/2009-90, que não homologou pedido de parcelamento de débito mediante utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, excluindo a impetrante do programa de parcelamento instituído pela MP 470/09, já foi julgado pela C. Sexta Turma, em 30/11/2017.

Vale ressaltar que o pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal pleiteado naqueles autos foi deferido apenas para manter a impetrante/ora agravante no parcelamento a que alude o art. 3° da MP 470/09, com as conseqüências jurídicas daí decorrentes, até o julgamento do recurso de apelação.

Por outro lado, a agravante alega pendência de julgamento de recurso administrativo no PAF n° 15956.720114/2011-19 (decorrente de auto de infração de IRPJ), porém, não restou evidenciado que este se encontra vinculado à presente execução fiscal. Ao que se verifica da Certidão da Dívida Ativa, o Processo Administrativo que embasa a presente execução fiscal é o PA n° 13891.000024/00-23 e decorre de cobrança de IPI.

Portanto, não restou evidenciado que o crédito tributário, objeto da execução fiscal originária, se encontra com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151, do CTN, nem a existência de questão

prejudicial a obstar o prosseguimento da demanda executiva, razão pela qual esta deve prosseguir regularmente.

In casu, rever tal entendimento, com o objetivo de acolher a pretensão recursal, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7 desta Corte, assim enunciada: “A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”.

Já quanto às demais alegação trazidas nas razões recursais, observa-se que a parte recorrente não apontou o(s) dispositivo(s) de lei federal que teria(m) sido violado(s) pelo acórdão recorrido, circunstância que atrai, por analogia, a Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual *“É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”*.

Nesse sentido, trago à colação os seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO E PERIGO PARA VIDA OU SAÚDE DE OUTREM. NULIDADE EM FACE DA INEXISTÊNCIA DE CONEXÃO ENTRE OS CRIMES. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE DO SEGUNDO CRIME. QUESTÃO PREJUDICADA. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. AUSÊNCIA DE PARTICULARIZAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL ACERCA DO QUAL TERIA HAVIDO VIOLAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 284 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Declarada a extinção da punibilidade dos crimes de perigo para vida ou saúde de outrem, não há mais sentido algum discutir se eles eram conexos ou não ao crime de homicídio, sendo certo que, para se chegar à conclusão de que a reunião dos feitos influiu na condenação relativa ao último crime, seria necessária a indevida incursão nos fatos e nas provas carreadas aos autos, o que é inviável na estreita via do recurso especial, nos termos da Súmula n.º 07 desta Corte.

2. Não havendo indicação do dispositivo de lei federal eventualmente malferido ou cuja vigência tenha sido negada, incide a Súmula n.º 284 do Supremo Tribunal Federal.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 396.154/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 25/03/2014, DJe 31/03/2014).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. MP N. 2.225/2001. DIFERENÇA VENCIMENTAL DOS 3,17%. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. INCORPORAÇÃO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO VIOLADO. SÚMULA N. 284 DO STF. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA.

1. O recurso especial encontra-se deficientemente fundamentado, porquanto os recorrentes deixaram de indicar, expressamente, qual dispositivo de lei federal foi objeto de divergente interpretação entre o acórdão recorrido e os paradigmas colacionados, o que impede o conhecimento do recurso. Incidência da Súmula n. 284 do STF. Precedentes.

2. Além disso, deixaram os recorrentes de realizar o devido cotejo analítico, não demonstrando, de forma clara e objetiva, a suposta incompatibilidade de entendimentos e a similitude fática entre os julgados confrontados, conforme disposição do art. 541, parágrafo único, do CPC e do art. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

3. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1118363/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 24/04/2014, DJe 05/05/2014).

Por fim, no que tange aos honorários advocatícios, da conjugação dos enunciados administrativos ns. 3 e 7, editados em 09.03.2016 pelo Plenário desta Corte, depreende-se que as novas regras relativas ao tema, previstas no art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, serão aplicadas apenas aos recursos sujeitos à novel legislação, tanto nas hipóteses em que o novo julgamento da lide gerar a necessidade de fixação ou modificação dos ônus da sucumbência anteriormente distribuídos, quanto em relação aos honorários recursais (§ 11).

Outrossim, vislumbrando o nítido propósito de desestimular a interposição de recurso infundado pela parte vencida, entendo que a fixação de honorários recursais, em favor do patrono da parte recorrida, está adstrita às hipóteses de não conhecimento ou improvimento do recurso.

Quanto ao momento em que deva ocorrer o arbitramento dos honorários recursais (art. 85, § 11, do CPC/15), afigura-se-me acertado o entendimento segundo o qual incidem apenas quando esta Corte julga, pela vez primeira, o recurso, sujeito ao Código de Processo Civil de 2015, que inaugure o grau recursal, revelando-se indevida sua fixação em agravo interno e embargos de declaração.

Registre-se que a possibilidade de fixação de honorários recursais está

condicionada à existência de imposição de verba honorária pelas instâncias ordinárias, revelando-se vedada aquela quando esta não houver sido imposta.

Isto posto, com fundamento nos arts. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XI e XVIII, *a*, e 255, I, ambos do RISTJ, **NÃO CONHEÇO** do Recurso Especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora